

Revolução

NÓS VAMOS À FEIRA DE TOMAR!
VAMOS NA SEXTA-FEIRA



• O MUP
• objectivos **A situação política actual**

Págs. centrais

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

e a actualidade nacional

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Souto Cruz foi à Alemanha

PARA QUÊ?

Segundo ele diz, «foi um contacto muito aberto entre as duas marinhas, dentro do quadro da NATO, colaboração que eu espero se possa activar, não só com a Marinha alemã como as outras duas Marinhas.

Que Souto Cruz está interessado numa «cooperação» com o imperialismo não temos dúvidas que está interessado cada vez mais na dependência de Portugal relativamente aos Estados Unidos, também os trabalhadores deste País já sabem.

Mas, que de repente, Souto Cruz se tenha lembrado de ir à Alemanha «essencialmente» para poder ir ao Hospital de Hamburgo ver os deficientes da guerra colonial que ainda lá estão, é de pasmar.

No seu regresso o chefe do Estado-Maior da Armada ainda «enalteceu» os bons serviços prestados pelas Forças Armadas alemãs no que diz respeito (só...) aos serviços prestados

naquele hospital «para a recuperação dos nossos rapazes restituir-lhes um outro sentido de vida e dar-lhes possibilidades de voltarem a ser elementos úteis à nossa sociedade».

Que preocupação subita.

E pensarmos que neste país, há cerca de 30.000 estropiados da guerra colonial que lutaram pelo direito ao trabalho, que lutaram para que fossem vistos de igual modo que qualquer outro trabalhador que tem braços e pernas, mãos e pés, e quem em sr. almirante nem os seus acólitos alguma vez se preocuparam em resolver situações tão graves como são as dos estropiados da guerra colonial.

Cardia e a reacção

Brilhante, brilhante, é o sr. ministro Cardia. Inteligente, muito inteligente mesmo. E revolucionário, sobretudo. Vejam só esta maravilha: o Cardia diz que a sua política no M.E.I.C. é autenticamente antireaccionária, na medida em que retira argumentos de contestação à direita. Quer dizer: para que a direita não «possa» protestar, Cardia faz uma política de direita. E a direita, claro, fica chateadíssima porque... não pode protestar. Logo, pela lógica cardíaca, a melhor maneira de estragar a vida à reacção é fazer o fascismo... Boa, só ministro!!!
... Estamos a crer que o C.D.S., Pires Veloso e C.ª a protestarem pelas medidas fascistas do Cardia, e os trabalhadores a aplaudirem delirantes...!!! Estes «socialistas» hitler-cardíacos têm cada uma...

Telegrama enviado à Conferência Anual do SINN FÉIN

CAMARADAS CONFERENCISTAS:

Na impossibilidade de estar presente um camarada m tão curto prazo, saudamos calorosamente a conferência e todos os delegados, certos de que dela resultará um reforço da vossa combatividade contra o colonialismo e o neocolonialismo inglês e o imperialismo, bem como uma maior dimensão internacional da vossa justa luta.

Convosco até à vitória
PRP — Portugal

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS Semestral 110\$00 Anual 220\$00 PAGAMENTO
ESTRANGEIRO Semestral 400\$00 Anual 800\$00 Em cheque Em vale

Lê assina divulga

Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO
DO PROLETARIADO
SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 h e das 16:30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de
Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Condé de
S. Salvador, 374
Tel. 931925

BARCELOS — Av. Liberdade 60x c
Tel. 93099

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges,
Tel. 22361

CASTELO BRANCO — Rua de
Santa Maria, 10 Tel. 179

MARINHA GRANDE — Rua Mar-
quês de Pombal, n.º 65

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua
Jaime Afonso n.º 142
Tel. 24149

ARGE — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte
Pedroso, n.º 15 - Algés de Cima
Tel. 2100337

SACAVEM — Largo 5 de Outubro
N.º 16-17 Tel. 2512807

PARADE — Rua Gomes Freire do
ANDRADE, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves
Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — Rua de Paço
de Arcos, lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETUBAL — Praça do Bocado, 3
Tel. 28949

COVA DA PIEDADE — Estrada
Nacional, n.º 10 Tel. 2763267
2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio
Leão, 31 Tel. 2076745

QUINTA DA LOMBA — Rua de
Goa, 21-A

LAVRADIO — Rua dr. José Car-
cano Lobo, n.º 312

SNES — Rua Marquês de
Pombal, n.º 86 Tel. 62880

TORRÃO — Horta Seca

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão
das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculã-
no, n.º 29 Tel. 34054

ALJUSTREL — Rua de Liber-
dade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira
Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho,
n.º 64 - B - C

LOULÉ — Av. José da Costa Mea-
lha, n.º 39 - 1.º Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio

PORTIMÃO — Rua 5 de Outu-
bro, 17

ESTOMBAR — Rua D. Pedro
Galvão, 5

MONCHIQUE — Estrada de Foia,
5, Monchique.

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

As contradições no seio do PS levarão a cisões

Após o aparecimento na Imprensa, de Pires Veloso como um verdadeiro poder no actual Poder, de Firmino Miguel como uma hipótese de alternativa de direita, embora não definitiva à situação, e empolamento dados às divergências no interior do PS e o agudizar destes denotam uma preocupação da direita, em constituírem a sua própria alternativa, de se apresentarem como a única alternativa. Após a crítica sistemática ao Governo PS pela sua «inoperacionalidade» o que de resto tem toda a razão de ser, pois este, devido às suas contradições e ao facto de ser um partido eleitoralista que assenta a sua política na tentativa de recuperação do sistema capitalista em democracia burguesa a direita reacçãoária aparece a empolar e agudizar as contradições no PS no sentido de fazer cair o Governo e de que este dê lugar a um Governo mais à direita que abra directamente as portas ao fascismo.

A PEQUENA BURGUESIA E O PS

Tal como estes sectores de pequena burguesia se vai lançando na luta contra este Governo PS (do qual constituem a principal base de apoio) assim ao nível do próprio partido, as divergências se vão agudizando. Uma das grandes contradições do PS, enquanto partido eleitoralista burguês é querer estabilizar o País em democracia burguesa, assentando a sua política na recuperação capitalista, o que, dado a grave crise económica leva à impossibilidade de estabilização de democracia burguesa. Daí que o PS se encontre a cumprir um papel (do avanço de toda uma crise de medidas antioperárias e antipopulares que desembocará no golpe fascista) que não é o seu, daí o agudizar das suas contradições internas.

A principal divergência no PS assenta sobretudo nas bases trabalhadoras que ainda possui sobretudo no Norte que se encontram na luta antifascista e que rapidamente com o agudizar da crise económica compreenderá que a sua alternativa é a luta pelo poder democrático dos trabalhadores e a cúpula social-democrata e traidora para quem a todo o custo há que defender o capitalismo.

No entanto na cúpula burguesa do PS as divergências acentuam-se. Por um lado existem os elementos dispostos a conciliar até ao fim com os fascistas, dispostos a organizar o máximo na repressão e por outro lado existem os elementos que acreditam na possibilidade de se estabelecer em Portu-

gal uma democracia burguesa reconhecendo que devem fazer grandes concessões à burguesia mas, que não estão dispostos a reprimir os trabalhadores a torto e a direito, embora, pelo facto de estarem dispostos a conciliar com a burguesia desenvolvam também a tese que é preciso corrigir os «excessos da Revolução» e, portanto, ataquem algumas das grandes conquistas dos trabalhadores após o 25 de Abril.

São, aliás estas duas posições que encontramos na pequena burguesia. Há sectores que se encontra nitidamente ao lado do fascismo temem o poder dos trabalhadores e estrebucham até ao fim para encontrarem uma alternativa até que ou o fascismo se imponha ou os trabalhadores levem para a frente o seu projecto histórico — a ditadura do proletariado, a construção do socialismo.

A DIREITA E O PS

Durante o tempo que antecedeu o 25 de Novembro toda a direita fascista se colou ao PS na luta contra o avanço dos trabalhadores contra o processo revolucionário. Após o 25 de Novembro o PS embora ainda sirva de instrumento, a direita cria já o seu próprio poder onde toda e qualquer hesitação em esmagar os trabalhadores e as suas organizações não têm cabimento.

E por isso que o PS e o seu Governo têm os seus dias contados. Quando na passada sexta-feira, a Imprensa fascista aparece a empolar as diver-



Mário Soares e o seu Governo — afinal não passou de ser o VII provisório ...

gência do PS não é por acaso. Estas divergências, aliás vêm-se agudizando no próprio PS, entre aqueles que, como Mário Soares, Manuel Alegre e Cardia se colocam na «vanguarda» do combate aos trabalhadores e aqueles que como Lopes Cardoso e os membros da comissão de trabalhadores do PS se opõem embora não totalmente à desenfreada catrefa de medidas antipopulares que o Governo PS tem produzido.

A tomada de posição da comissão de trabalho do PS a favor da manifestação dos professores, a política em relação à Reforma Agrária de Lopes Cardoso (que embora não sirva os trabalhadores também não está a servir a burguesia latifundiária como esta desejaria pois ainda deixa terras nas mãos dos trabalhadores) e por sua vez os comunicados da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS a favor das medidas antioperárias do Governo e de ataque às outras posições demonstram o agudizar das contradições no PS.

A direita fascista, por sua vez enquanto apresenta Pires Veloso como homem forte e enquanto se fala na necessidade de um Governo mais coeso e firme na disposição de recuperar o sistema capitalista à custa dos trabalhadores enquanto o imperialismo vem dizer que era necessário um Governo mais firme e que talvez uma coligação PS/PSD pudesse ser solução, joga no agudizar das contradições no sentido que os democratas burgueses sejam postos na rua para que o Governo lhe ofereça melhor campo de manobra para prosseguir os seus intentos.

É por isso que, na passada sexta-feira a notícia de uma cisão no PS encheu as primeiras páginas dos jornais, correu de boca a boca. Por um lado agudizam-se as divergências no PS, por outro lado avolumou-se ao nível das pessoas a possibilidade deste Governo cair o que interessa muito à direita.

Este acha que este não podia governar e que se lhe seguirá outro que «não deixá de ser constitucional» que governará melhor e que será a «única alternativa» viável à direita nos que na prática combaterá os trabalhadores

e as organizações políticas revolucionárias.

A ESTABILIZAÇÃO EM DEMOCRACIA BURGUESA

As manobras que a direita vem fazendo e o seu avanço ao nível da conquista do poder, a rapidez com que vem concretizando os seus planos são um sinal evidente de que o fascismo não é para longo prazo como «análise» certas organizações consideradas da esquerda revolucionária. O aparecimento de Pires Veloso como um duplo poder da direita fascista, o avolumar das notícias sobre o chamado «Governo na sombra» a abertura de crises ao nível do poder burguês, só para quem não analisar seriamente a situação e quem define a tática em face dos seus desejos e não da situação concreta, é que pode falar no fascismo a longo prazo e que a alternativa no imediato que temos que construir no dia a dia da luta concreta não é a organização e preparação para o confronto que se avizinha.

Enquanto a direita fascista vai criando os instrumentos de repressão (tal como a Brigada da NATO), põe Pires Veloso nos píncaros da lua e este põe em causa o Conselho da Revolução sem que nada lhe aconteça enquanto Firmino Miguel aparece a dar uma entrevista a «O Jornal» após um prolongado silêncio em que não rejeita a ideia de poder vir a encabeçar um Governo e a partir daí se assiste ao avolumar desta hipótese, ao mesmo tempo que Ramalho Eanes se demarca do Governo PS, defende a já conhecida «operacionalidade» (seja de que Governo for), a direita desencadeia toda uma manobra que visa agudizar as contradições no PS no sentido que a queda do Governo se acelere, para abrir caminho a um outro mais repressivo.

Isto, são sinais evidentes da tática da burguesia, que, só quem prossegue uma tática de construir, só quem, mesmo dizendo-se revolucionário, teme o Poder dos trabalhadores por saberem que não seria o poder do seu partido, sendo incapaz de analisar a situação concreta e daí definir a tática correcta.

Pinheiro de Azevedo volta a estar na ordem do dia

Pinheiro de Azevedo depois de um longo período de afastamento motivado pela sua doença, reapareceu nos jornais. Em entrevista concedida ao Jornal de Notícias do Porto, Pinheiro volta a fazer as suas declarações bem características. Assim, pensa que os militares não devem ser políticos e que não há democracia enquanto

houver militares no Poder.

Por outro lado está receoso de que se não tiver cuidado se vá cair lentamente no 24 de Abril, e acha ainda muito natural que as investigações da rede bombista sejam sabotadas.

Como se vê, Pinheiro de Azevedo na sua campanha eleitoral dizia que sabia muito... e parece que sim.

Pinheiro, que diariamente na sua campanha deu forte e feio em Eanes e acusou o P.S. de ter estado ao seu lado e depois o ter abandonado para apoiar Eanes, não faz neste momento acusações claras... mas insinua...

E parece que se não arranjam rapidamente um lugarzinho, Pinheiro vai dizer muitas coisas...

e a actualidade nacional

BOMBA ATRÁS DE BOMBA

Uma questão que acompanha desde há bastante tempo o dia a dia dos trabalhadores deste país, é a questão do terrorismo.

Quer isso se manifeste pela segurança em que cada cidadão se sente ao constatar poder ser uma vítima ocasional (e que contrasta com a segurança com que os bombistas actuam), quer pela esperança aquando dos primeiros comunicados da PJ e pela desilusão posterior que ressaltou ao abafar do assunto quando as investigações iam dar a degraus mais altos do poder que sustentamos, ninguém ficou indiferente a este processo.

O DISCURSO DE ALMEIDA SANTOS

Recentemente, o ministro que se pretende da Justiça discursou que «nada se ganha em tentar politizar à posteriori o acto selvagem, e pretencamente político na origem, de fazer explodir engenhos assassinos». Donde se insinua que isso de deitar bombas é obra de tresloucados com graves desarranjos mentais; como grande parte dos suspeitos revelados pelas investigações que vieram ao conhecimento público são do CDS e do PPD, teríamos de acreditar ou numa estranha coincidência ou que esses partidos são bizarros manicómios.

Quando os dirigentes do MDLP decidiram acabar com a organização devido à actual situação política a tornar desnecessária, conseguiram dois objectivos: um foi meterem-se o mais perto possível dos cordelinhos do Poder; outro foi terem possibilidades, por intermédio dessa proximidade, de dar co-

que lhes fazer a vontade senão eles zangam-se e põem mais bombas...

Daqui vêm todo um rol de complicitades ao nível das várias instâncias do poder, silenciadas, ao longo das investigações mas cuja existência transparece à evidência.

PERGUNTAS QUE EXIGEM RESPOSTAS

Senão, como seria possível que o bombista Silva Santos, que armadilhou a bomba que explodiu junto à sede do PCP na Avenida da Liberdade bertura aos actos terroristas que os seus agentes praticam.

Com uma mão põem a bomba, com a boca protestam contra a inoperância do governo, e com a outra mão apresentam o seu governo operante. E o governo PS, lá vai dizendo que tem



Desta vez foi no Sheraton, para grosseiramente fazer crer que seria a esquerda a pô-las

e que fez um morto e vários feridos, fosse, no Porto na véspera da sua detenção, avisado telefonicamente por Ramiro Moreira, que, de Caxias lhe comunicou que o denunciara e que era provável a sua prisão?

Em substituição do Juiz instrutor do processo (que foi de férias) não se encontrou ninguém mais que o dr. Dário Rainho, retornado de Angola e ex-inspector da PJ fascista, que parece preocupar-se mais em «corrigir» as investigações anteriores que fazer novas investigações?

Porque é que o principal investigador, o capitão Ferreira da Silva, vai de férias sem lhe encontrarem substitutos, ficando os trabalhos parados?

Porque é que no julgamento do Corrêcio, relativo aos confrontos entre este e a GNR, antes e aquando da sua prisão, são dispensadas as testemunhas de acusação (por sinal agentes da PJ e da GNR), enquanto que foram ouvidas testemunhas de defesa em maior número que o permitido pela própria lei burguesa?

Como é que basta a um bombista, (ainda) preso em condições que lhe permitem inventar os alibis que quiser, dizer o contrário do que declarou anteriormente para que estas declarações e os processos que delas decorrem sejam invalidadas?

A FARSA — UNS SAEM OUTROS ENTRAM

«Comendador» Abílio de Oliveira, que confessou ter dado ao MDLP 1.500 mil pesetas, foi solto por este processo, para ir conseguir do Banco Nacional Ultramarino um empréstimo de 10.000 contos para muito honestos investimentos, já se vê...

Por este andar, não será legítimo esperar a libertação do major da PSP Mota Freitas, para o que já lhe foi passado atestado de bom comportamento por Pires Veloso?

Para além disto, as bombas continuam a explodir, claro; umas vezes

contra objectivos de esquerda, outras vezes de modo a fazer grosseiramente crer que seria a esquerda a pô-las.

E depois lá vem o sr. Ministro dizer que se as investigações não avançam mais depressa é porque não podem, e tecer louvores aos investigadores que se fartam de suar para encontrarem uma pista. Isto quando muitos dos nomes de bombistas «descobertos» tinham sido revelados há meses por Walraff, quando as vítimas e familiares de vítimas de atentados bombistas, com muito menores possibilidades de pesquisa, revelaram indícios e provas bastante esclarecedoras e precisas.

E QUEM NÃO ESTÁ NO PODER, NADA SABE!

Mas, na realidade, reconhecemos a dificuldade de tarefas que estão a cargo de investigadores, e que justificam por si todo este tempo de espera. Por exemplo, a de encontrar uma rede sem mencionar as malhas que passam por altos cargos do actual poder; a de revelar «descobertas» tem a ligar outras que são remetidas ao silêncio.

Não nos admiravamos nada se ouvíssemos um alto responsável deste ministério desta Justiça anunciar triunfante que afinal não havia nenhuma rede bombista mas sim centenas de casos pontuais que não têm nada a ver uns com os outros, espontâneos e por detrás dos quais não há absolutamente ninguém.

Dizer que é necessário esclarecer toda a verdade vencendo um hábito de todas as forças políticas; só que isso demonstra determinação dos que não participam no Poder e como tal não podem influenciar o volume das investigações, o mesmo esquema inverte-se no que respeita aqueles que dispõem (juridicamente ou na realidade) do Poder: Não têm problemas em dizer que não recebem a verdade que os tinge visto poderem amoldar a qualquer momento quem a quiser dizer.



A greve foi inevitável

- afirmam os trabalhadores da panificação

AS CAUSAS DA LUTA

As más condições de vida provoca das pelos baixos salários, fizeram com que os trabalhadores da panificação iniciassem uma dura e longa luta pela publicação de uma portaria que defendesse os seus interesses, contra a exploração e a marginalização de que são vítimas.

Há meses atrás os trabalhadores decidem fabricar o pão e distribuí-lo gratuitamente aos consumidores até verem satisfeitas as suas reivindicações — a publicação de uma portaria que substituisse os actuais salários de 4300 escudos por outros que vão de 7000\$00 a 9000\$00 (estes últimos para os encarregados), que lhes garantissem o emprego impedindo os despedimentos sem justa causa, e a elaboração de um novo horário de trabalho. Esta forma de luta foi suspensa devido à promessa feita então pelo Ministério do Trabalho de que seria formada uma comissão técnica que publicaria essa tal portaria. Desde o dia 24 de Julho, data em que essa comissão foi formada, as reuniões sucederam-se e por várias vezes o prazo de publicação foi adiado, até ao momento em que os trabalhadores decidiram entrar em greve (única forma de luta considerada legal pelo Governo), o que aconteceu no passado dia 14.

A GREVE

Esta greve que no 1.º dia (sexta-feira) contou com a aderência de cerca de 90 por cento dos trabalhadores em todo o País, foi facilmente boi-

cotada pelos patrões devido à decisão tomada em plenário de não ocupar as instalações. Nalguns distritos (Santarém por exemplo) o pão nunca faltou tendo sido sempre fabricado e distribuído pelos patrões. Estes boicotes acompanhados das falsas informações do patronato de que o pão teria que aumentar se os salários aumentassem originou nalgumas zonas a falta de apoio por parte dos trabalhadores-consumidores solicitada desde o princípio pelos trabalhadores da panificação. Além disso a desmobilização foi-se apoderando dos trabalhadores principalmente nas regiões onde a influência reaccionária é maior o que provocou uma suspensão da greve, no dia 18, em todos os distritos salvo Lisboa, Setúbal, Porto e Viana do Castelo. Aqui e apesar de propostas da Federação dos sindicatos para suspender a greve durante uma semana (proposta apresentada em plenário realizados no dia 18) os trabalhadores decidiram continuar a greve até à satisfação das suas reivindicações.

A RESPOSTA DO GOVERNO

Da parte do Governo a resposta não tardou, logo na sexta-feira o ministro do Trabalho declarou que em vez de greve o sindicato devia era tentar através de negociações encontrar uma solução no âmbito da comissão técnica e de acordo com as entidades patronais. O que é que estes senhores pensaram que o sindicato fez durante 3 meses?

Além disto, o senhor secretário de Estado do Trabalho declarou que o Governo não cederia à pressão da greve que considerou política (e os trabalhadores que continuam com a mania de fazer política!... Assim é impossível «estabilizar a democracia»).

OS BOICOTES — O PAPEL DO REFORMISMO

Para os trabalhadores ficam, portanto, como notas dominantes da greve toda a espécie de boicotes sofridos. Boicotes que vão desde o patronato e da direita (o C. D. S. está contra a greve que acusa de provocar a «destabilização»), até aos reformistas do P. C. P. que depois de teoricamente apoiarem a luta dos trabalhadores contra o patronato reaccionário, afirmam em plena luta e quando a desmobilização ainda não se fazia sentir que tinha que se encontrar novas formas de luta pois a greve estava a ser aproveitada pela direita. Como sempre desde o 25 de Abril para o P. C. P. as greves e as lutas dos trabalhadores que lhe fogem ao controlo (por pouco que seja, como é o caso dos padeiros) são acusadas de fazer o «jogo da reacção». Não admira portanto as propostas da Federação (afecta ao P. C.) de suspender a greve. Outro exemplo do boicote reformista é um caso passado no Barreiro, onde a Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal, afecta ao P.C., fabrica pão para os trabalhadores da Câmara tal como fazem os patrões nas padarias...

Mas os trabalhadores não se deixaram manobrar, sendo exemplo disso a decisão dos trabalhadores de Setúbal de expulsar aqueles que boicotaram a greve e que se uniram ao patrão.

O REINÍCIO DAS CONVERSACOES

Na terça-feira (dia 19) reiniciaram-se as conversações no Ministério do Trabalho — tendo de novo falhado o que levou à continuação da greve por tempo indeterminado, visto os patrões terem novamente recusado satisfazer as reivindicações dos trabalhadores.

Luta dos Trabalhadores

O Governo da recuperação capitalista continua a governar à sua maneira, e ao mesmo tempo continua a perder terreno, o que quer dizer, que continua a fugir-lhe a sua base de apoio para ir buscar aos fascistas. Os trabalhadores, esses continuam na sua luta contra as medidas tomadas. Por isso, todos os dias tomamos conhecimento de novas formas de luta com que os trabalhadores avançam. Esta semana, foram os padeiros que depois de tudo terem tentado, a greve apareceu-lhes como inevitável. Claro que o Governo continua a acusar os trabalhadores, disto e daquilo. Mas estes sabem que aquele Governo não é o seu Governo, e continuarão na sua luta até ao dia em que tomarem o Poder.

CENTRO

— SAPATEIROS EM GREVE PROVÁVEL PARA DIA 21

Os operários sapateiros de Aveiro e Coimbra estão em discussão acerca das negociações do seu CCT. Assim as negociações que deveriam ter terminado no passado dia 30 de Setembro, o que não aconteceu em virtude da oposição que o patronato pôs ao novo CCT.

Os trabalhadores reunidos em assembleia geral, em S. João da Madeira localidade onde há maior concentração de operários sapateiros, decidiram entrar em greve no dia 21 se na próxima reunião de negociação não se chegar a acordo, estando no entanto outro plenário marcado para se saber dos resultados da reunião de quarta-feira a decidir depois da greve.

BANCIARIOS

Numa assembleia efectuada no Porto os trabalhadores bancários do Norte aprovaram retirar a sua direcção do movimento da «Carta Aberta» e darem todo o apoio ao Congresso dos Sindicatos, única forma de combater o pluralismo sindical e reforçar a unidade dos trabalhadores.

Também em Lisboa os bancários se reuniram com o mesmo fim. Numa assembleia bastante tumultuada onde as agressões físicas surgiram a decisão final teria sido a de apoiar o Congresso dos Sindicatos. No entanto devido à grande confusão existente na assembleia motivada pelos conflitos surgidos entre os trabalhadores, não chegou a ficar bem definido.

BARCELOS

Niltex — patrão invade a cooperativa

O patrão da Niltex cooperativa formada pelos trabalhadores da empresa depois daquele a ter abandonado, resolveu agora invadir a cooperativa justamente com um seu «amiguinho» (este tinha posto uma bomba na Niltex em Janeiro passado). A GNR colaborou no assalto e manteve-se lá para ajudar o patrão, contra os trabalhadores. Os trabalhadores mantêm-se à porta enquanto aguardam resoluções superiores que nunca mais vêm. Entretanto o patrão armado de caçadeira já feriu uma jovem que à janela de sua casa esperava o que se passava dentro da cooperativa. Como se vê quando o patronato, se arma, as autoridades não se incomodam...

PORTO

GROSSISTAS TEXTEIS AGREDIDOS PELA POLICIA

Quando trabalhadores deste sector se manifestavam junto da empresa «Boinas e Andrad», foram brutalmente carregados pela Polícia de Choque, que feriu 20 trabalhadores. Mais uma vez os trabalhadores sentiram a repressão brutal dos «choques», à boa maneira do 24 de Abril.

Em plenário realizado logo de seguida, os trabalhadores têxteis decidiram entregar um documento ao Governo no qual repudiam a carga policial, e também a participação da suspensão da greve (que já durava à 14 dias) em virtude de considerarem, que neste momento já não há condições para os trabalhadores exercerem os seus direitos mais fundamentais — o direito à greve, o direito a manifestarem-se.

TORRES-NOVAS

Trabalhadores da empresa ex-Claras em tribunal

No dia 16, a carreira Torres Novas/Lisboa teve de parar o seu percurso devido ao mau estacionamento de um carro que pertencia ao juiz da Comarca de Bulga.

Os passageiros, o revisor e o motorista protestaram. E mais tarde, o juiz viu-se obrigado a tirar o carro que estava a impedir o trânsito. A carreira seguiu. No dia 17, quando a camioneta regressava a Torres Novas, o revisor e o motorista foram abordados por dois praças da G. N. R.

Logo no dia seguinte foram julgados no Tribunal da Comarca de Bulga. O juiz decidiu que o motorista pagava 200\$00 de multa e mais 3000\$00 e que o cobrador tinha de cumprir 15 dias de prisão e pagar o máximo de imposto de Justiça.

Nesse mesmo dia os camaradas destes dois trabalhadores em causa convocaram um plenário e decidiram paralisar as carreiras.

MORADORES DE BENFICA REPUDIAM AUMENTO DOS TRANSPORTES

MOÇÃO

Considerando que os aumentos dos bilhetes dos transportes públicos que em breve nos querem impor é mais uma medida reaccionária da cúpula social-democrata do P. S. instalada no Governo e contra os trabalhadores;

Considerando que nós, moradores de Benfica, fomos sempre sacrificados com os deficientes meios de transporte postos ao serviço deste bairro quer pelo Governo fascista, quer pelos sucessivos Governos Provisórios e bem assim por este chamado definitivo;

PROTESTAMOS VEEMENTEMENTE CONTRA TAL MEDIDA;

Exigimos a revogação desta decisão do Governo;

Exigimos mais e melhores transportes, como o metropolitano, há anos prometido aos moradores desta freguesia.

Avisamos o Governo que estamos dispostos a lutar contra a aplicação de tais medidas, organizando-os em comissão de luta contra o aumento dos transportes.

Os moradores de Benfica reunidos em plenário no dia 15/10/76, para a constituição da lista de unidade popular da freguesia de Benfica.

(Aprovado por maioria e c/2 absenções).

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO PRP

A situação política actual

O PRP levou a efeito na passada terça-feira uma conferência de imprensa na qual comunicou aos órgãos de Comunicação Social presentes qual a sua posição face à situação política actual, e qual a alternativa para o proletariado.

Foi também entregue para divulgação um documento o qual foi proposto à CNPUP para discussão. Este documento já foi divulgado nos números anteriores do «REVOLUÇÃO». Transcrevemos o Comunicado que também foi entregue nesta conferência de imprensa, o qual se debruça sobre a situação actual, e o papel do MUP.

As actuais contradições no seio do poder em geral e das Forças Armadas, a oposição dos sectores da pequena burguesia em relação ao Governo, ao acentuar agudo do aumento do custo de vida, fazem-nos acreditar cada vez mais que é correcta a análise de que a solução social-democrata não serve à burguesia portuguesa de que a estabilização em democracia burguesa é impossível e de que se caminhará rapidamente para o fascismo, se os trabalhadores e os revolucionários não encontrarem capacidade para impor a sua solução para a crise — a Revolução Socialista.

Mas não há Revolução sem organização revolucionária. Por isso e dada a situação que se vive em Portugal é imprescindível a existência de uma organização revolucionária unitária. Essa organização nasceu em volta da candidatura de Otelo envolveu muitos milhares de trabalhadores e encontrou um projecto antifascista, anticapitalista e pelo socialismo nas bases programáticas dessa candidatura. Hoje essa organização desde então criada, os G.D.U.P., pode ser uma componente importante para a criação do M.U.P. no qual terão de entrar também as organizações populares de base que aderem ao movimento, os partidos e os militares progressistas. Este Movimento de Unidade Popular será o embrião de um futuro partido de massas, partido este de um novo tipo que se forjará ao longo do processo revolucionário. É quebrando o sectarismo e o partidarismo e criando formas superiores de organização unitária e de luta que se pode impedir o regresso ao fascismo e caminhar para a tomada de poder pelos trabalhadores para o verdadeiro socialismo.

AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DO PODER O GOVERNO NA SOMBRA

Existem actualmente duas correntes no seio do poder político-militar que representam tácticas diferentes, mas que servirão para cumprir etapas sucessivas no programa imperialista. Uma corrente, da extrema direita, centra-se à volta de Pires Veloso e de outros homens de extrema direita, entre os quais se contam os comandantes da Brigada da N.A.T.O. instalados em Portugal. Esta corrente é uma clara aderência das teorias fascistas e fascisantes, recordando-se o objectivo declarado por Pires Veloso de instalar uma «democracia musculada» e os seus elogios a Mota Freitas, implicado na rede bombista.

Outra corrente centra-se à volta dos «nove» e daquilo que ainda lhes resta de apoio militar e de todos os que a eles se colocam. O Presidente da República procura ser o fiel da balança.

E neste enquadramento que se situa ainda a formação de um Governo na sombra, Governo esse que transparece nas declarações dos militares ligados ao poder e que é dado como certo em determinada imprensa. Esse Governo na sombra será o Governo de «competências», segundo os seus próprios inspiradores, e terá a mão firme e necessária para conter aquilo que eles chamam de «extremistas». Prespectiva-se portanto desde já a hipótese de que ao Governo P.S. se suceda um Governo militar e civil apoiado por forças como o P.P.D. e pelo próprio Presidente da República.

A oposição de uma boa parte do Conselho da Revolução e de toda a corrente a que pretendem os «nove» e homens como o chefe do Estado-Maior do Exército ao núcleo formado por Pires Veloso e toda a extrema direita militar, pode servir de pretexto para uma transformação de poder no sentido de uma afirmação de força em relação a essa extrema direita, que mais não seja do que uma forma de afirmação de força também em relação à esquerda revolucionária e um passo a mais no caminho para o fascismo.

Deste modo o imperialismo preencheria as condições necessárias para passar a mais uma etapa na escalada para o fascismo. Formaria aqui o chamado Governo de «competências» apoiado pelos «nove» e em geral pelos moderados das Forças Armadas pretextando um combate à direita, mas servindo efectivamente para avançar mais um passo num combate à esquerda. Seria assim uma transformação pacífica que prepararia o terreno para a transformação violenta que mais tarde conduziria ao fascismo, objectivo necessário para a burguesia portuguesa.

Curiosamente, observa-se uma convergência entre a direcção do P.C. e esta corrente militar que tende a substituir o Governo P.S., sendo visível o apoio prestado a Eanes por um lado e a parte dos «nove» por outro, preparando-se assim o terreno para obscuros apoios a transformações do poder (tal como no 25 de Novembro) e para um grande desvio à direita a consagrar no congresso desse partido. Não podem também os revolucionários esquecer que esse po-

der político-militar de «competências» incluiria no seu programa a ilegalização de toda a esquerda revolucionária, o que decerto será um elemento a favor para a procura de tais alianças dos reformistas.

É ainda à luz das divisões do poder e da perspectiva da formação de um Governo na sombra que se devem interpretar as divergências dentro da direcção do P.S. e o seu empolamento pela direita. Obrigando a uma real cisão dentro da direcção desse partido, a ala direita do P.S. e toda a direita em geral procuram sanear os elementos mais à esquerda situados no Governo (o que pode ser consagrado pelo congresso desse partido) e desse modo obter desde já e sem sair do Governo Constitucional, uma governação mais puramente à direita.

Aos trabalhadores e aos revolucionários em geral interessa sim que as bases operárias do P.S. se distanciem da política seguida pela direcção do seu partido e que se aliem à organização e à luta anticapitalista e antifascista.

A BASE SOCIAL DE APOIO DO GOVERNO A PEQUENA BURGUESIA

A manifestação dos professores contra o M.E.I.C. é um bom sinal da reacção de um importante sector da pequena burguesia contra a política fascizante de um ministério. Esta camada social seria um apoio natural

deste Governo, se a situação económico-social do País não obrigasse a uma agudização e a uma radicalização que atingem sectores que em qualquer país desenvolvido seriam beneficiados pela recuperação capitalista. Na situação actual em Portugal, a política de recuperação capitalista transforma-se rapidamente numa política fascizante que prejudica os interesses de grandes sectores da pequena burguesia. Esta passa assim a não se reconhecer no Governo e no partido (P.S.) que pretendiam representar os seus interesses e coloca-se em oposição a eles. Neste aspecto é notória a posição do Secretariado da Juventude do P.S., da Comissão de Trabalhadores do P.S. e do Sindicato dos Professores. E assim como este sector profissional é atingido pela política deste Governo, outros sectores da pequena burguesia o serão, fracturando-se assim a base social de apoio do P.S. e do Governo. O que é importante é que os revolucionários apresentem uma alternativa capaz de atrair esta pequena burguesia para uma opção de esquerda e não para uma opção de direita.

ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

A alternativa revolucionária tem de ser aquela que se prespectiva no sentido de se opor à avançada fascista, o que significa a preparação para um confronto que se dará mais tarde ou



Firmino Miguel, um homem do governo na sombra — um homem de «competência» um «democrata musculado»

• O MUP • objectivos

mais cedo.

Por isso hoje dizemos mais uma vez que, ou se faz a Revolução Socialista ou a instauração de um regime fascista em Portugal será uma certeza. Nisto divergimos de grande parte das organizações da esquerda revolucionária, que acreditam na estabilização em democracia burguesa e, por isso, apenas indicam na sua tática um programa de lutas parciais, não explicando o que se sucederá imediatamente na sociedade portuguesa, como têm os revolucionários que interferir sobre isso, se têm ou não como objectivo a tomada do poder pelos trabalhadores e qual o caminho para que ela se realize. Para grande parte da esquerda revolucionária (entre os quais o M.E.S. e a U.D.P.) a estabilização em democracia burguesa é uma realidade, porque não fazem a análise da realidade concreta económica e pensam o futuro de uma forma idealista, como se ele se tivesse à medida dos seus desejos e da maior ou menor capacidade orgânica das suas organizações. Por isso procedem tacticamente como se a situação real pudesse ficar à espera que a organização revolucionária amadureça. Por isso não acreditam no golpe fascista como se, pelo facto de estarem convictos que a organização revolucionária não é capaz de o travar, essa convicção chegue para que o golpe fascista não venha. Repudiando a hipótese de golpe fascista, esperam assim evitá-lo...

Ao contrário desta política idealista de avestruz, nós pensamos que há que encarar a certeza de que o fascismo virá (e há indícios de vir rapidamente) se os trabalhadores não lhe opuserem a alternativa socialista. Para o concretizarem têm que desde já se preparar para o confronto, na perspectiva de opor a violência revolucionária à violência reacçãoária da burguesia.

Para tal é necessário mobilizar e organizar os trabalhadores desde já, no sentido das grandes massas virem a assumir formas de luta e de organização superiores. Para progredir no sentido da organização é necessário mobilizar os trabalhadores à volta dos seus problemas concretos, daqueles que os atingem no dia a dia. E é necessário organizar as movimentações de massas no sentido da sua radicalização, tanto nos campos, como nas fábricas, como nos bairros prospectando a luta, não no objectivo de conseguir pequenas reformas mas sim no de caminhar para a tomada do poder pelos trabalhadores, para que se instaure o socialismo, única solução para a crise económica que o País atravessa.

O MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR (M.U.P.)

1 — A grande vitória que constitui a mobilização e organização em torno do programa e da candidatura unificadora de Otelo foi possível em grande parte devido à figura supra partidária e revolucionária deste candidato à Presidência e ao árduo combate travado no seio do Movimento



Os GDUP, são uma das componentes da grande frente de massas que é o MUP, sendo as outras três, as organizações populares de base, as organizações políticas e os militares revolucionários.

Unitário contra as posições recuadas (reformistas), o sectarismo e o manobrismo. No combate travado no interior do movimento, para que este assumisse uma perspectiva política correcta, desempenharam papel importante, além de outros, muitos militantes do P.R.P.

Após a campanha eleitoral para a Presidência da República, o Movimento sofreu importante desmobilização mas, apesar de tudo conseguiu ter intervenção em muitos pontos do País e em vários casos apareceu como a vanguarda das lutas contra o regresso do fascismo e a recuperação capitalista. Mas o Movimento ficou muito aquém das suas potencialidades e das enormes tarefas que se colocam aos revolucionários na hora presente. Esta incapacidade para responder às necessidades actuais deveu-se, sobretudo, à fraca organização (trata-se de um Movimento que se criou a pretexto de questões eleitorais), a uma deficiente clarificação política (exigência de numerosas ambiguidades resultante das reais divergências no seio do Movimento) e às manobras partidárias particularmente oriundas da U.D.P./P.C.P.(R). E a propósito das divergências devemos dizer desde já que assentam principalmente em:

- viabilidade ou não de estabilização a curto prazo da democracia burguesa em Portugal.
 - Inevitabilidade ou não do confronto violento e da necessidade ou não de preparar para ele.
 - Estratégia de capitalismo de Estado ou de socialismo de base.
- O atraso orgânico a deficiente clarificação política (e consequente fraqueza da direcção) as manobras e o controleirismo têm sido factores extremamente graves que levam muitos militantes e grande parte das massas a descreverem do Movimento como alternativa revolucionária para a situação actual.

Quando o Governo do P.S. avança cada vez mais na sua política anti-operária e antipopular colaborando com o avanço do fascismo, quando o P.C. apresenta e significa cada vez mais aos olhos de largas massas uma já longa traição às massas aos interesses de classe do proletariado e submissão às estratégias estrangeiras só o M.U.P. poderá ser a esperança e a salvação dos explorados e oprimidos, só o M.U.P. poderá ser a alternativa revolucionária para a crise que se vive.

Mas para que o M.U.P. seja a alternativa revolucionária esteja à altura

do desempenho das tarefas que lhe cabem no actual momento, precisa de superar as enormes contradições políticas e orgânicas que existem no seu seio.

AS DIVERGÊNCIAS E OS IMPASSES NO SEIO DO M.U.P.

As diferentes análises da situação política actual, a viabilidade ou não de estabilização a curto prazo da democracia burguesa em Portugal, a não perspectiva ou a perspectiva de confronto violento assim como os diferentes objectivos estratégicos (capitalismo de Estado) ou socialismo de base prosseguidos pelas forças políticas participantes do Movimento de Unidade Popular, constituem as causas principais das actuais divergências e dos impasses que se verificam no seio do M.U.P.

Constituem evidentemente a principal razão para as diferentes tácticas em presença. São também, parte importante das razões para que determinadas forças políticas tenham recuado em relação aquilo que já estava assente de que o M.U.P. seria integrado por quatro componentes, tal como já havia sido tornado público nas páginas centrais do Boletim nº 2 dos G.D.U.P.:

«Os G.D.U.P. aparecem assim como uma nova e decisiva componente desta frente de massas em construção, de que as outras três são as seguintes:

a) A organização autónoma dos trabalhadores, nomeadamente os sindicatos, as organizações populares de base (comissões de trabalhadores e moradores, conselhos de aldeia) e cooperativas.

b) As organizações políticas subscritoras das bases programáticas da candidatura de Otelo; e os militantes progressistas.»

Quando agora se veio a entrar em discussão mais profunda sobre o Movimento verifica-se que a maior parte das forças políticas que haviam acordado que o M.U.P. integra 4 componentes, recua e o reduz apenas aos G.D.U.P.

Outro aspecto importante também relacionado com os anteriores e já de início referido, é o das práticas sectárias, do manobrismo e do controleirismo que certas forças políticas têm levado a cabo, com evidente prejuízo para todo o Movimento. O afastamento de muitos camaradas, com e sem partido é disso uma prova, a que não podemos assistir impassíveis. O

P.R.P. desde a primeira hora que manifestou o seu empenhamento na criação e no avanço do M.U.P., mas quer advertir que não dará cobertura nem a uma orientação política reformista para o M.U.D., nem à ausência de uma direcção política autónoma, o que sujeitaria o Movimento a todas as manobras e a uma pesada derrota. E nesta linha e porque considera que o M.U.P. é a única alternativa de esquerda para a situação actual, que o P.R.P. apela a todos os militantes revolucionários, com e sem partido, para que travem o combate no seio do M.U.P. no sentido de que este se alargue às massas, venha a ter uma definição política clara e fique dotado de uma direcção política revolucionária, condições indispensáveis para que derrotemos definitivamente o fascismo e avancemos para a sociedade socialista, com a tomada e exercício do poder pelos trabalhadores.

3 — **As tarefas actuais** — Para além da evidente importância do Congresso dos G.D.U.P. as eleições para as autarquias constituem para nós, uma importante batalha política do momento, pelo programa que defendemos e pelas movimentações que formos capazes de levar a cabo em torno desse programa. O partido está seriamente empenhado nestas tarefas.

Mas para um movimento revolucionário como o M.U.P. não se pode ficar por aqui. A dimanização, consolidação e coordenação das organizações populares de base é uma tarefa privilegiada para a qual temos de nos voltar não podendo continuar uma situação em que, além de não termos feito muito neste campo, ainda retiramos muitas vezes elementos das C.M. e das C.T. para outras tarefas. Num momento tão grave em que a direita ataca e o P.S. e o P.C. conciliam com essa direita é urgente dispormos de grandes energias nos sectores que estarão (e vão ser) particularmente atingidos. Ao avançarmos no campo das organizações populares de base estamos a desenvolver uma das quatro componentes fundamentais do Movimento de Unidade Popular componentes que reafirmamos são quatro e não apenas uma (os G.D.U.P.) como alguns pretendem:

- G.D.U.P.
 - Organizações Populares de Base subscritoras das bases programáticas de Otelo
 - Organizações políticas também subscritoras destas bases
 - Militares progressistas
- Lisboa, 19-10-76

dos trabalhadores

AÇORES — Faial

Os pescadores organizam-se contra a exploração e a opressão

Também nas Ilhas, os trabalhadores lutam e sempre lutaram pela sua libertação

Também nas Ilhas — em secreto, nos Açores, os trabalhadores se juntam, e lutam solidariamente, para que desapareça o opressor

Aqui são os pescadores que fazem uma COOPERATIVA NO FAIAL, uma ilha do Arquipélago dos Açores, nasceu a «UNIÃO DOS TRABALHADORES DO MAR»

É da sua experiência que nos falamos nas linhas que seguem.

OS PESCADORES DA ILHA DO FAIAL

Os pescadores da ilha do FAIAL vivem e trabalham em muito más condições e durante as lutas travadas as entidades locais têm posto sucessivos embaraços à resolução dos seus problemas fundamentais.

Mas... o avanço ainda que demorado mas seguro da sua organização, levou estes nossos camaradas a conseguir alguns objectivos. O maior é sem dúvida, a formação da sua cooperativa.

PARA QUE SERVE UMA COOPERATIVA?

O mar dos Açores é farto em peixe. E o goraz, o pargo ou cherne, é o peixe-espada, ruivo, safio, raia, o tamboril, o cação... mas... muito peixe, uma vez pescado, tem que se deitar. Je novo no mar, porque não se vende... porque, e são palavras dos pescadores — «dia em que vá toda a gente ao mar, é dia perdido, e é escusado tornar a ir numa semana... fica tudo inundado de peixe...»

Por esta razão, os pescadores fundaram a cooperativa para comercializar o peixe pescado pelos cooperadores associados... Esta cooperativa a «UNIÃO DOS TRABALHADORES DO MAR» é a primeira que aparece nas ilhas dos Açores, mas, o seu exemplo pudifica: mais pescadores estão já a arrancar para outras cooperativas.

A REDE DO FRIO

«Nós não temos a quem vender o peixe. Se pescarmos mais, temos de o deitar outra vez ao mar. O maior problema é o escoamento. Sem uma rede de frio nós não passamos disto; nunca se pode pensar em nada.»

Um dos seus problemas maiores — a rede de frio — fê-los vir até Lisboa... Se não conseguirem isto, então pouco poderá avançar. Já vem do tempo do IV Governo Provisório a promessa da criação de uma «rede de frio», para as ilhas. E... há uma ano que as autoridades locais têm à sua disposição o material necessário para instalar entrepostos e câmaras frigoríficas na Horta, em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e na Lage do Pico. Agora... há só este pequeno problema: mas (os altamente colocados), querem a rede do frio para BENSÁUDES e outros capitalistas, e outros (os pescadores) para aqueles que labutam mesmo no mar...

E assim se passa outro Verão, vai chegar outro Inverno e o material a estragar-se... Se entretanto — não se conseguir a confirmação obtida do Secretário de Estado das Pescas de que «o frio» ia mesmo ser montado... de que em Fevereiro de 1977, a rede do frio estava em funcionamento..., será um grande mal para a classe.

VANTAGENS DE SER COOPERATIVISTA

Se a Cooperativa conseguir ir para a frente, se outras se fundarem, as

pequenas populações das Ilhas poderão oferecer aos portugueses mais peixe fresco, melhor peixe, e a melhores preços.

Vejam: o Faial, S. Jorge, a Terceira, como muitas aldeias, poderão começar a reunir-se, a pequena população e estabelecer entre si uma solidariedade na apanha do peixe...

Se tivessem a certeza que a sua produção (de peixe) virá a ser compensado e a abastecer o País, onde em muitos, outros pontos e aldeias

o peixe nem vê-lo, nem cheirá-lo... e nem tocá-lo... porque a bolsa não lhe chega lá...

FARTOS DE ESPERAR OS PESCADORES AVANÇAM

Vieram a Lisboa ainda para outra coisa: para contactar com outras cooperativas de pesca do continente e ver as dificuldades, sobre de como resolver os problemas. E mais visitaram algumas cooperativas agrícolas onde propuseram uma forma concreta de solidariedade: os pescadores dos Açores organizados nas cooperativas fornecerão peixe seco e comprarão às cooperativas agrícolas os produtos da terra, que chegam às ilhas muito mais caros...

E isto mesmo, que a nossa classe de explorados de forma viva, de alfabetizada se educa, de oprimida se prepara para tomar o poder.

E ASSIM A CLASSE VAI GANHANDO FORÇA...

E, camaradas do mar: há por aí pela costa fora, de Viana do Castelo a Vila Real de S. António, muitas outras experiências de cooperativas. Pequenas ou grandes, novinhas em folha, de meses, ou já com anos... é importante contar no nosso jornal:

— Como nasceram? As dificuldades que têm...

— A actividade que têm desenvolvendo.

— E os projectos que têm para o futuro...

Diagam-nos para que todos conheçam o esforço que todos fazemos, as lutas que travamos.

O mar é nosso... Ficamos aguardando a «nossa pesca» para todos...

(in Boletim Informativo n.º 3 do Sindicato Livre dos Pescadores)



Que riscos correm estes homens? Todo este esforço e-lhes compensado? Qual é o salário destes pescadores?



Na rede dentro do saco, a pescada em abundância. De quem é esta produção Quem recebe a maior parte?

PEIXE CONGELADO

O Governo não põe em prática a tabela de preços

Do sindicato livre dos Pescadores recebemos o seu boletim Informativo (n.º 3) Deste último boletim transcrevemos dois artigos, um acerca do peixe congelado e dos seus preços que não são postos em prática Um outro acerca de uma experiência de luta na ilha do Faial — Açores na qual os pescadores se organizaram em cooperativa

PEIXE CONGELADO

Em Janeiro de 1976 pelo Decreto-Lei n.º 79/76 foram aprovadas as tabelas de peixe congelado.

Este peixe abrange as espécies desde a «Abrotea» até às «Zebras», passando pela «marmota» (pescada), até à «pataroxa».

O peixe congelado mantém as mesmas proteínas e o mesmo valor nutritivo que o peixe fresco. Os pescadores, que conseguiram negociar esta tabela entre as Empresas e a Secretaria de Estado das Pescas, deram um passo em frente para que os trabalhadores pudessem comer peixe mais barato e ao mesmo tempo garantir a compra do mesmo pelo Estado através da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau.

Se custou a negociar, mais custa neste momento pôr em prática aqueles preços aprovados, tendo havido impedimentos de toda a ordem e só através das estruturas do Poder Popular — Comissões de Moradores, Co-

missões de Trabalhadores — tem sido possível aos trabalhadores e moradores a compra de peixe tabelado. Nos impedimentos surgidos, nomeia-se o boicote dos intermediários privados, pela importação de pescada que no mercado de compra e venda concorre com a pescada capturada, conforme mostram as fotos. As câmaras frigoríficas encontram-se cheias de pescado, a marmota (pescada) é capturada com abundância como se pode verificar, acarretando prejuízos de grande monta para os trabalhadores na espera demasiado longa, à volta de 20 a 30 dias para os navios congeladores descarregarem, pressionando indirectamente a que o peixe vá à lota como antigamente para os intermediários voltarem a ser os grandes tubarões e monopolizadores da venda do peixe.

A QUEM INTERESSA ESTA SITUAÇÃO?

Esta situação interessa acima de tudo aqueles que estão interessados

na recuperação capitalista da economia, à custa da exploração dos trabalhadores, pescadores, operários e camponeses. Recuperação difícil porque não é de ânimo leve que tal se consegue, essa recuperação só poderia ser conseguida pela repressão. E repressão é vender com especulação o peixe congelado e fresco, repressão é sabotar a venda dos preços de tabela, para pôr na lota e nos mercados ao belo prazer dos intermediários.

O ministro do Comércio Interno do defunto VI Governo boicotou conforme podia o andamento prático da execução da tabela.

A QUEM SERVE ESTA SITUAÇÃO, PERGUNTAMOS NOVAMENTE?

Os pescadores vão continuar a luta. A sua luta é o nosso programa de acção que nos propusemos seguir quando entrámos em Agosto 75, para a Direcção deste organismo. Nessa altura dizíamos que:

«A Secretaria de Estado das Pescas deve pronunciar-se como exigência fundamental sobre uma política de comercialização que vise a eliminação das estruturas intermediárias existentes».

(in Boletim Informativo n.º 3 do Sindicato Livre dos Pescadores)

e a unidade popular

PORTO-MUP/GDUP

As manobras da UDP/PCP(R) para eleger a "sua" distrital

Num plenário realizado naquela cidade no passado dia 9, graves acontecimentos surgiram motivados pela actuação de militantes do PCP (R), que ao tentarem manobrar e impor as «suas» directrizes mais não conseguiram do que dividir o plenário e o conseqüente abandono deste por parte de activistas dos GDUPs que não quiseram continuar a pactuar naquela farsa

A propósito destes acontecimentos a Direcção da Organização Regional do Norte do nosso partido entregou um relatório à CNPUP o qual passamos a transcrever na íntegra assim como a resolução que a CN tomou após ter conhecido dos factos

1. PASSADO HISTÓRICO DO PROCESSO DE UNIDADE NO DISTRITO DO PORTO

1.1 Considerações gerais do trabalho organizativo e político desenvolvido:

Esta estrutura na fase decorrente à campanha para a Presidência da República no tempo que se lhe seguiu, desenvolveu um trabalho meramente orgânico de uma maneira tecnicista e tarefaira. Já nessa altura, o MUP-GDUPs lhe exigia determinadas funções de direcção política para o avanço do processo organizativo no seio do povo trabalhador. Seria essa falha uma das causas próximas da desmobilização de uma grande parte dos GDUPs, tal como documentos de análise política, programas gerais de luta imediata, etc. Pois as bases programáticas para a candidatura de Oteio mereciam algo mais, ou seja, a sua aplicação circunstanciada a cada zona. A inexistência de tal facto para nós é perfeitamente alheia dado que os nossos camaradas desde sempre haviam feito propostas nesse sentido e sempre foram bloqueadas e derrotadas. Nessa altura falava-se ser preciso evitar todas as manobras partidárias, pois todas as directrizes vinham da Comissão Nacional, mesmo que fora do tempo. Pelas razões apontadas o Executivo Distrital não se pode envolver num trabalho de massas que vincadamente dinamizasse a Unidade Popular em torno de problemas concretos e de luta do Povo Trabalhador.

1.2 Salvaguardando a democracia interna nos GDUP neste distrito.

Os elementos da UDP dentro e fora do Executivo forçaram sempre, apelando ao cumprimento de prazos, tanto para eleições de estruturas de zona e Concelhias, sem atender ao estado organizativo dos GDUP e em prejuízo da democraticidade interna. Da mesma forma recenseamentos fantechos iam sendo feitos em diversos locais do distrito, como o GDUP da Caixa da Previdência ou mesmo recenseamentos de GDUP que não estavam sequer formalizados como GDUP da STCP.

1.3 A tentativa de destruição do Executivo como conjuntura inter-partidária. Ataques a elementos do Executivo e às suas organizações.

Desde há muito tempo isso ia acontecendo quer através do Executivo e fora dele, quer através da exigência de auto-crítica política na qual o Executivo se culpava totalmente pela desmobilização dos GDUP. Enquanto isso

os GDUP, reflectiam também sobre a sua desmobilização, considerando a sua falta de militância. (ver alguns relatórios de Gdup de Gondomar). Neste contexto eram atacados por elementos da UDP os camaradas do executivo das outras organizações (exemplo de intervenções em plenários nos GDUP de Rio Tinto ou Amarante ou Ermesinde, ver relatórios). Nessa altura é prática corrente as calúnias políticas que os elementos da UDP faziam correr no seio de GDUP, como é o exemplo o caso da Mondex.

1.4 UDP/PCP (R) manobrou partidarmente uma boa quantidade de GDUP. Seus efeitos.

Tal facto, levou a que muitos apatidários e trabalhadores de outras organizações segundo aconteceu e informado pelos camaradas A e B do GDUP de S. Pedro da Cova que devido ao peso dos apatidários e militantes do PC e do PS viria a desaparecer e a traduzir-se na destruição do GDUP. Como é denunciado o isolamento

destes elementos por parte dos activistas da UDP no GDUP de Rio Tinto expressado por inúmeros problemas. (Ver documento do camarada C) ou pelas intervenções do camarada D, do mesmo GDUP, ou lembrando o afastamento de camaradas do PC e do PS em pleno plenário de GDUP de Guifões motivadas pelas posições dos camaradas da UDP. Este GDUP viria a desaparecer. Casos como este estenderam-se a diversos pontos do distrito. Será o Executivo também responsável por todos estes lamentáveis factos?

1.5 Acontecimentos lamentáveis na manifestação dos GDUP pela justiça do criminoso Spinoza.

Comen de violência ocorridas no acto de concentração entre um responsável da UDP agora eleito para a «Distrital», com camaradas anónimos. As mesmas motivadas pela «denúncia» de assinaturas falsas que subscreviam uma moção de apoio à manifestação da CT da fábrica dos Produtos Estrela de que esse mesmo elemento fazia parte. Estes actos foram tratados e analisados na própria CT, que criticou o activista da UDP, assim como enviou um relatório ao Executivo Distrital, propondo uma reunião com essa estrutura. Esse mesmo relatório, pelo desejo da CT, deveria ser enviado à CNPUP.

1.6 A manobra da UDP/PCP (R) na manifestação de 28 de Setembro

Como consta no documento elaborado pelo executivo distrital e difundido aos GDUP houve tentativa de instrumentalização desta manifestação convocada em cartazes próprios o Povo Trabalhador para a manifestação, com vanguarda desta jornada de luta. A distribuição na referida manifestação de comunicados do PCP (R) que originou a sua paralização, assim como estiveram próximas as cenas de violência entre trabalhadores que mobilizados na rua lutavam pelo mesmo objectivo. Que unidade quer a UDP/PCP (R)?

2.1 — Reunião do dia 6/10/76

Durante esta reunião assistiu-se a uma grande contestação em relação à data e critérios propostos pelos elementos da UDP em virtude de essa proposta não permitir uma possibilidade de intervenção à maioria dos activistas dos GRUP, contrariando, portanto, o princípio básico da Democraticidade Interna no seio do Movimento de Unidade Popular ficou decidido que se ia fazer uma consulta às concelhias eleitas, após que, se tomaria uma decisão definitiva acerca do assunto em questão.

2.2 — Reunião do dia 7/10/76 (consulta às concelhias)

Estiveram presentes nesta reunião membros das concelhias do Porto, Ma-



A unidade dos trabalhadores não é uma coisa abstracta. Ela faz-se também em todas as iniciativas que os activistas dos GDUP têm



Na base, os trabalhadores terão que ultrapassar as divisões que as manobras partidárias provocam no seio dos trabalhadores

tosinhos, Gaia e Gondomar (faltando Santo Tirso). Após prolongada discussão acerca da data e critérios para eleição da Comissão Distrital do Porto, chegou-se a um consenso de que, efectivamente, era mesmo impossível uma eleição com intervenção da maioria dos activistas dos GDUP no caso de se avançar no sábado dia 9 com a tal eleição.

Assim ficou nessa reunião decidido por maioria no Executivo o seguinte:

a) Dada a urgência de resposta política às eleições para as Autarquias Locais; eleger no sábado dia 9/10 uma Comissão Eleitoral com essa função;

b) A eleição da Comissão Distrital de Unidade Popular seria efectuada no domingo dia 17/10.

2.3 — Reunião do dia 9/10 (de manhã)

É nesta reunião que os camaradas da UDP iniciam a manobra partidária que se viria a concretizar à tarde durante o plenário ao aparecerem com uma posição intransigente e sectária da UDP, em que se opunham à decisão do Executivo e exigiam que à tarde se efectuasse a eleição da Comissão Distrital. Perante tal posição os restantes elementos presentes, pura e simplesmente não aceitarão sequer a discussão do problema, dado que ali se punham em causa uma questão de fundo, a democraticidade interna do Movimento, condição necessária para o fortalecimento da Unidade.

2.4 — Plenário Distrital

No início do plenário a UDP como organização ultrapassou a decisão da maioria do Executivo provisório e avançou com a proposta à assembleia para ali mesmo e naquele momento se efectuasse a eleição da Comissão Distrital, concretizando deste modo a manobra partidária iniciada na reunião anterior do Executivo Provisório, e originando a cisão da Assembleia e na mesa.

Mas a manobra partidária da UDP não ficou por aqui, pois os seus militantes presentes na assembleia e na mesa passaram então a atitudes altamente provocatórias para com os militantes das outras organizações, através de injúrias e calúnias chegando-se ao ponto de os apelidarem de traidores e de denominarem o Executivo Provisório como Parlamento Burguês. Perante tal situação de facto provo-

cada pela UDP; algumas concelhias e secretariados de GDUP afirmaram desde logo que não poderiam decidir sobre outras questões senão aquelas que estavam contidas na Ordem de Trabalhos, e, que era um atentado à democraticidade interna do Movimento uma eleição sem prévia consulta e discussão nas bases dos GDUP.

Os elementos da mesa do PRP ao repudiarem tal atitude da UDP suspenderam as suas actividades no Executivo Provisório até que se criem condições para a eleição da Comissão Distrital baseada na democracia dos trabalhadores. Como consequências imediatas, de toda esta manobra partidária orquestrada pela UDP, apontamos as seguintes:

1. Um sólido grupo de GDUP retirou-se da sala declarando declinar qualquer ligação a uma «Comissão Distrital» «eleita» naquelas condições, havendo mesmo um (o de S. Roque da Lameira-suplente à concelhia) que fez uma proposta alternativa para esta rotura ao convidar os GDUP e Órgãos Populares de Base da sua freguesia para um plenário, que pode ser alargado aos outros Órgãos Populares de Base, e GDUP, a realizar no dia 12, isto, por considerar que naquele plenário distrital se havia verificado uma manobra partidária por parte da UDP de assalto às estruturas centrais do Movimento de Unidade Popular.

Note-se que os activistas dos GDUP que saíram eram na maioria camaradas apartidários, como foi afirmado publicamente.

3 — Considerações e Notas Finais:

3.1 — Considerando que foi efectuada, por manobra partidária da UDP/PCP (R), um rude golpe no processo de unidade popular;

3.2 — Considerando que a rotura verificada levou a uma cisão de um considerável número de GDUP, para os quais é urgente serem de novo chamados ao processo de Unidade;

3.3 — Considerando que a fractura verificada corresponde à determinação de um bloco de GDUP que não se responsabiliza pela degradação da Unidade Popular, pelo que não se vincularão à direcção da estrutura «eleita»;

3.4 — Considerando que a causa de toda esta degradação põe em causa divergências no seio do MUP-GDUP que muito pouco têm a ver no seu todo com querelas entre partidos.

3.5 — Considerando que a UDP/PCP (R) não acata acordos mínimos já acordados, pelo seu desenfreio do desejo de controlo nas estruturas eleitas, dos GDUP. Desencadeando para tal efeito manobras sujas que vão destruindo o MUP, afastando destes muitos activistas apartidários dos GDUP.

3.6 — Considerando que esta manobra põe em perigo a autonomia e direcção própria das estruturas dos GDUP;

3.7 — Considerando que a unidade no seio dos GDUP, continuamente golpeada com a atitude sectária e provocatória da UDP/PCP(R), não é unidade capaz de criar condições favoráveis para a realização de um Congresso, como passo significativo e histórico na conquista do socialismo;

3.8 — Propomos à CUP as medidas consideradas convenientes para a rectificação da rotura verificada, passado pela realização de eleições

efectivas para uma Comissão Distrital autónoma própria;

3.9 — Tomada de posição pública por parte da CNPUP em relação aos acontecimentos que relatamos.

3.10 — Depois de apurados as eventuais responsabilidades no processo que originou a rotura no MUP do Distrito do Porto, que sejam expulsos os actuais activistas da UDP encarregados das relações de unidade dos GDUP naquele distrito.

Nota: Informa-se que foram retirados todos os nomes prórios referidos a camaradas, substituindo assim, a denominação por camarada A.B. C ou D. Esta medida tomou-se, por razões óbvias dado que a DORN desta organização deliberou difundir este documento no seio do MUP-GDUP.

Porto, 11 de Outubro de -976

A Direcção da Organização Regional do Norte do PRP

Resolução da CNPUP

Com base em informações directas prestadas por camaradas do Executivo Distrital cessante do Porto e por camaradas eleitos no plenário do passado dia 9 de Outubro, a Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular analisou demoradamente as condições em que decorreu este último plenário, tendo concluído que nele não foram garantidas as exigências de unidade, democraticidade e representatividade que têm de caracterizar o funcionamento dos GDUP's e das suas estruturas de direcção.

Por esse motivo foi deliberado o seguinte:

1. — Convocar, para data entre o prazo limite para a apresentação de candidaturas às Autarquias Locais e o Congresso dos GDUP's uma Assembleia Distrital do Porto que proceda à eleição da Comissão Distrital de Unidade Popular (sugerem-se, para escolha de local, as datas de 24 ou 30 de Outubro).

2. — Assegurar que uma estrutura provisória continue a manter a direcção do Movimento no Distrito do Porto, com a seguinte composição: 1 ou 2 representantes de cada

Comissão Concelhia eleita, 1 representante das zonas onde ainda não haja concelhias eleitas, 2 representantes por cada organização política apoiante da candidatura de OTELO (a delegação da UDP na CNPUP votou contra esta composição).

3. — A funções desta estrutura provisória serão fundamentalmente o trabalho com vista às eleições para as Autarquias Locais e a preparação do Plenário para eleição da Distrital referida em 1.

4. — A CNPUP convoca a primeira reunião plenária desta estrutura provisória para o próximo sábado, dia 16/10 de 76.

5. — A CNPUP recomenda a essa mesma estrutura provisória que aproveite ao máximo o empenhamento políticos dos camaradas designados no plenário de 9/10/76, nomeadamente os que estão a trabalhar na luta pelas Autarquias Locais, bem como todos os que prosseguem os combates políticos do Movimento.

Lisboa, 13 de Outubro de 1976

A CNPUP

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, Lisboa

OS MILITARES E OS JOGOS DO PODER

Durante a passada semana verificaram-se determinados acontecimentos a nível militar que, pelo impacto na opinião pública e pelo significado particular que assumem na situação política nos impõem uma análise cuidadosa no sentido de compreender a sua real importância na evolução dos acontecimentos e suas implicações na luta de classes que vivemos.

DA CARTA DE PIRES VELOSO

No dia 7 foi lida no CR uma carta de Pires Veloso por pedido expresso do autor, embora tivesse sido dirigida ao Chefe de Estado Maior do Exército. Gen. Rocha Vieira. Numa primeira parte Veloso desculpa-se da publicidade criada à sua volta (ele até nem faz nada por isso...), não aceitando ser um poder paralelo, na parte final não resiste à tentação de dizer o que pensa sobre alguns conselheiros do que se pode deduzir o respeito e autoridade que aquele órgão de poder lhe inspiram. Como seria de esperar os conselheiros visados e outros não gostaram das verdades do sr. brigadeiro como já não tinham gostado de outras posições assumidas pelo ainda comandante da Região Militar do Norte.

Foi o momento do desagrado vir a tona, e aí estão os senhores conselheiros divididos: Costa Neves e Ribeiro Cardoso defendem-no contra as acusações e até propostas de exoneração dos restantes conselheiros e aí o chefe, o árbitro fala mais alto e evoca as qualidades militares de Veloso. Ramalho Eanes, desempata pelo menos

aparentemente e arquiva o caso.

Embora se possa admitir as razões expressas por Pires Veloso quanto ao carácter marginal do CR como órgão deliberativo do poder político-militar não se pode no entanto negar a sua eficiência na contestação frontal daquele órgão, correspondendo exactamente (o que não é de agora) à tática visível da direita e extrema direita de fazer desaparecer o C.R. Assim ainda que o negue o comandante da Região Militar do Norte aparece como o porta voz legal desse movimento que se vai assumindo gradualmente de poder paralelo a... o Poder.

DA REUNIÃO DE PE...

Por outro lado outra questão se levanta: quando surgem propostas de substituição de Veloso, no Comando da RMN, como sanção à sua atitude de desrespeito pelo C.R. não se podem explicar estas exigências como mera atitude disciplinar, elas encerram divergências políticas profundas insuperáveis no seio do Conselho. Assim quando após o dia 12 em cuja noite se realizou uma

reunião a que presidiu Vasco Lourenço e que juntou os comandantes das unidades, serviços e Forças militarizadas da RM de Lisboa, os jornais inseriram uma nota lacónica sobre essa reunião segundo a qual ela fazia servindo para discussão de questões relativas à reestruturação das Forças Armadas, não se poderá deixar de interrogar se aí não se terá feito uma sondagem, ou uma «avaliação das forças»,

um argumento a que são tão sensíveis os militares conservadores a direitistas do Norte — O regresso às Hierarquias? Não é verdade que Veloso é efectivamente um simples tenente coronel?

Não há coronéis competentes, agora só no plano militar, na RMN? As perguntas ficam no ar e as dúvidas permanecem com a certeza de que se mantêm as contradições entre os estados diferentes da burguesia que quer utilizar o «governo» do Socialismo em Liberdade» quer avancem um «governo da Competência» se esforcem por reavivar a



Pires Veloso — o homem que se assume como líder do movimento direitista militar que levará o país ao fascismo.

sobre a eventual substituição de Veloso. Ou não tenha este último dito também umas verdades sobre o governador Militar de Lisboa e ainda conselheiros da Revolução...

...A VISITA DE ROCHA VIEIRA AO PORTO

A mesma questão se poria relativamente às sucessivas visitas e reuniões que Rocha Vieira efectuou ao longo da sua visita à RMN. Depois de conseguir enfiar Garcia dos Santos em vez de Azevedo porque não substituir Pires Veloso utilizando por exemplo

economia capitalista e «dourar» a exploração do trabalho conseqüente com maior ou menor repressão. Um outra certeza permanece para os trabalhadores, para o proletariado a solução passa pela REVOLUÇÃO SOCIALISTA, para o capital, para a burguesia a solução poderá vir a concretizar-se no golpe fascista para o que não é necessário esperarmos muito tempo basta que outros «poderes paralelos» potenciais e «adjacentes» que para aí existem comecem a ganhar formas e «ousem» escrever uma tantas outras cartas ao C.R. cada vez com mais contradições.

EDITORIAL

O perigo do fascismo avizinha-se Pelo facto de o dizermos há quem nos chame alarmistas Mas a verdade é que há sinais evidentes de que a extrema direita prepara um golpe. Os capitães que no Norte apoiam Pires Veloso e fazem reuniões que fogem às estruturas das Forças Armadas o «Grupo dos Oitenta» que na Marinha organiza a extrema direita, os rangéis que em Lamego se reforçam, os civis de direita que recebem apoios de vária ordem de determinadas unidades militares Tudo isso forma a organização que prepara o golpe, tudo isso não é já o espectro do fascismo, mas a sua forma concreta, com detalhes, rostos, números

E todas as hipóteses de alteração governamental, mesmo as que evocam o perigo da direita, mesmo as que perspectivam a continuação do Governo PS depurado da sua ala esquerda, são apenas manobras do imperialismo no sentido de preencher etapas

De igual modo as afirmações de força por parte dos «nove» e dos moderados das Forças Armadas podem também ser um pretexto, tal como a 25 de Novembro para combater a esquerda revolucionária E entretanto, há sinais evidentes de que o reformismo estará disposto a apoiar Eanes, «Nove» e moderados, também tal como a 25 de Novembro utilizando como moeda de troca a sua sobrevivência legal e a ilegalização da esquerda revolucionária. É por isso que Eanes é um «democrata sincero» segundo os reformistas

Podem parecer paradoxal que, perante este quadro, os GDUP's se legalizem oferecendo 5000 nomes à burguesia No entanto, esta legalização é correcta porque é a única forma de se poder apresentar listas para as autarquias, particularmente para as câmaras municipais Poder-se-á pensar que esta luta é desproporcionada numa altura em que os trabalhadores se devem preparar para o confronto com o fascismo, numa altura em que se pensa que vai ser difícil às Câmaras de esquerda levarem a cabo o seu programa

Mas o confronto com o fascismo e a preparação para o confronto não se faz num dia, não é um milagre de organização

Faz-se organizando os trabalhadores à volta dos seus problemas concretos, faz-se criando em largas massas a necessidade de uma organização que dure e que seja eficaz contra o fascismo

Faz-se ultrapassando o número restrito de alguns milhares de militantes que são os mais conscientes da classe para atingir centenas de milhares Faz-se, organizando as massas Faz-se movimentando os trabalhadores à volta das suas reivindicações e das suas conquistas nos campos nos bairros e nas fábricas Faz-se radicalizando essas movimentações

E a luta nas eleições para as autarquias é a luta à volta dos problemas concretos, é a consciencialização à volta dos problemas de todos os dias — escolas, saúde, transportes, trabalho É a possibilidade de se demonstrar pela prática que só derrubando o sistema capitalista e instaurando um sistema e um poder dos trabalhadores se poderá começar a resolver os problemas



Rocha Vieira — «conseguiu» meter no C.R., Garcia dos Santos mas deixou na R.M.N. Veloso.

Congresso dos GDUP

ELEIÇÃO DE DELEGADOS

- 1 delegado para cada 5 activistas em GDUPs de fábrica e de herdade
- 1 delegado para cada 8 activistas em GDUPs de serviços

Eleições até 29 de Outubro

Congresso — 5, 6 e 7 de Novembro